

A EQUAÇÃO DA EXISTÊNCIA

Resumo

Tanto a filosofia como a ciência têm descuidado de esclarecer o que seja ou o que possa significar existir em sentido ontológico, isto é, no sentido de esclarecer, de modo formal, como fenômenos que vêm à existência transitam de mera potência de existir para existência em ato, marcando presença no mundo. Sem saber o que significa existir, qualquer discurso sobre o mundo – cuja existência todos reconhecem – assume um risco que afronta as nossas pretensões de rigor inferencial. Neste trabalho, valemo-nos do modo de pensar de Platão para buscar resposta.

Palavras-chave: Existência. Platão. Metafísica. Equação da Existência. Cosmovisão.

A EQUAÇÃO DA EXISTÊNCIA

Rubi Rodrigues¹

A questão

Todo discurso humano refere-se, inexoravelmente, à existência, quer se trate de uma existência em ato ou se trate de uma existência meramente potencial. O foco do discurso humano é sempre algo existente, e uma das razões disso é estrutural: não temos recursos mentais para objetivar, pensar ou predicar a inexistência, da mesma maneira que não temos recursos inferenciais para predicar o absoluto. Podemos, naturalmente, pensar um potencial que não possa ser – no presente momento ou, virtualmente, nunca – realizado em ato, mas, mesmo nesses casos, tratar-se-á de algo existente em potência, ainda que exista apenas na cabeça de quem pensa. A afirmação de que “homens sensatos não perdem tempo com a inexistência” já era defendida por Parmênides na Antiguidade Grega. Apesar disso, tanto a filosofia como a ciência têm descuidado de esclarecer o que seja ou o que possa significar existir em sentido ontológico, isto é, no sentido de esclarecer, formalmente, como fenômenos que vêm à existência transitam de mera potência de existir para existência em ato, marcando presença no mundo. Ora, esclarecer como se dá esse trânsito de potência para ato significa conceituar formalmente a própria existência sobre a qual discursamos. Sem isso, qualquer discurso sobre o mundo – cuja existência todos reconhecem – assume um risco que afronta as nossas pretensões de rigor inferencial. Sem a clara compreensão do que quer dizer existir, podemos estar usando premissas absolutamente equivocadas em nossas considerações sobre o mundo. Portanto, ao contemplarmos a existência, neste estudo, pretendemos ampliar a confiabilidade das nossas análises e das nossas conclusões sobre o mundo, sejam elas de cunho científico, político, religioso, sociológico ou filosófico. Neste artigo, tentamos, portanto, em alguma medida, elucidar essa questão.

¹ CEO da Academia Platônica de Brasília, pesquisador em teoria do conhecimento e metafísica.

Condições de contorno, premissas, axiomas

Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que estamos focalizando o percurso que separa pura potência de existência em ato, em perspectiva metafísica grega clássica, nos moldes da perspectiva que embasava o modo de pensar de Platão², a qual lança raízes na Teoria dos Princípios de Pitágoras, que estabeleceu *o ilimitado* e *o limitante* como princípios originários do universo. Segundo essa perspectiva, o universo conhecido resulta da imposição de limites a uma existência ilimitada, implicando considerar que o âmbito total da existência contempla duas naturezas distintas: uma ilimitada e eterna e outra limitada e em permanente mutação. Com essa explicação, não pretendemos transmitir ao leitor a perspectiva adotada por Platão, isso terá de ser buscado em outro lugar³, mas apenas indicar que, neste estudo, ao contemplarmos o percurso que separa potência e ato, estamos procurando explicação capaz de justificar o próprio advento do universo e não, meramente, o processo criativo dominado pelos humanos. O percurso que separa potência e ato invoca, de modo evidente, o processo de criação que todos nós operamos. Todo artesão dispõe de um método que utiliza nas suas próprias criações. Ele parte de uma ideia e culmina na produção de uma obra que passa, então, a fazer parte do mundo e, portanto, passa a existir. Nessas criações humanas, cada artesão tem um método particular, específico e variável, segundo propósitos pessoais. Tratando-se de um engenheiro que constrói pontes, o método é um; tratando-se de um arquiteto que constrói casas, o método é outro; tratando-se de um escultor, ele também possui um método próprio e assim por diante. Todos eles geram obras que passam a existir no mundo e, nesse sentido, são criadores. Embora os métodos humanos de criação sejam específicos e diferentes uns dos outros – em razão dos propósitos e dos recursos usados –, todos eles criam existência em ato e, no fundo ou em plano essencial desses processos – quando elimina-se tudo o que for específico da criação de um fenômeno determinado e retêm-se apenas os componentes lógicos e ontológicos (metafísicos) do processo geral de criação –, esses métodos devem obedecer às mesmas determinações da natureza que preside a instância relativa da existência e que somente pode admitir, na existência, fenômenos capazes de integrar-se na ordem universal que essa natureza potencializa. São essas determinações estruturais próprias da natureza relativa que nos interessa formalizar, com vistas a entender o processo geral e universal de criação, dado que esse conhecimento confere-nos referencial aplicável a qualquer fenômeno existente. Observemos que a própria ciência toma por objetos apenas fenômenos já presentes na instância espaço-temporal, ainda que esteja atualmente interessada nos fundamentos quânticos da matéria. Matéria e espaço, porém, também foram criados, e a ciência, em virtude da sua lógica de base, que contempla causa e efeito, apenas consegue retroceder até o Big Bang. Não consegue ir além, justamente por não contar com uma solução metafísica que explicate, na instância inaugural, a conversão de potência em ato existencial.

Estabelecido o caráter metafísico da nossa questão, cumpre destacar que essa perspectiva implica considerar que a edificação da existência limitada ocorre a partir da instância ilimitada da existência, em processo de caráter cumulativo, de complexidade

² Estamos habilitados para tanto porque formalizamos, em linguagem lógica e ontológica moderna, a dialética de Platão, o que nos permite aplicar o modo de pensar dele a problemas contemporâneos. Ver, entre outros, Rodrigues, Rubi; Rodrigues, Jônatas, 2024.

³ Como, por exemplo, em Rodrigues, 2016.

informacional crescente, e em fases ontológicas essenciais que precedem a instalação ou a manifestação do fenômeno na existência. Isso significa que estamos entendendo por fases ontológicas aquelas relativas ao processo criativo que antecede a existência em ato, e, dado que espaço e tempo também foram criados, essa precedência ontológica resulta não ser temporal, mas, sim, organizativa do desdobramento de complexidade crescente, até que o fenômeno em construção adquira a compleição recepcionada pela natureza da existência relativa e, assim, conquiste assento privativo e em ato nessa existência. Em síntese, isso quer dizer que a perspectiva metafísica entende que o universo desdobra-se em instâncias organizativas de crescente complexidade organizativa, partindo de um ponto da maior simplicidade e endereçando um horizonte virtualmente ilimitado de complexidade organizativa crescente. Nessa perspectiva, o universo conhecido constitui o âmbito de manifestação da organização.

Parece pertinente também destacar que a perspectiva metafísica precisa de apenas um único axioma: a tese de que o universo veio à existência e não constitui um universo eterno. Aceito esse axioma, o restante visualizado pela perspectiva constitui derivações e consequências, lógica e ontologicamente articuladas, que, em virtude de tais características, podem ser formalmente descritas.

Por complemento, cabe reforçar que a busca pelo processo ontológico que gera existência em ato visa a instrumentalizar a mente humana com um referencial de aplicação universal, capaz de contemplar qualquer questão e, portanto, de habilitar-nos para enfrentar qualquer problema. Essa habilitação, naturalmente, situa-se em plano que antecede qualquer existência particular, antecede o caso concreto, tratando-se, dessa forma, de uma concepção metafísica situada em plano filosófico anterior ao conhecimento científico próprio dos casos concretos. O método criativo do artesanato apresenta compleição científica ao se aplicar a um caso particular existente. O que almejamos, neste trabalho, é identificar e formalizar o processo ontológico universal que instala a existência relativa, de modo que, esclarecidos a respeito da estrutura constitutiva da existência, estejamos habilitados a contemplar, racional e metodicamente, qualquer fenômeno particular, ainda que desconheçamos os detalhes científicos envolvidos. Procuramos, aqui, portanto, uma postura filosófica adequada para um ser munido de inteligência, diante de um mundo organizado por uma natureza determinante, que cria estruturando energias de modo inteligente. Essa postura somente pode ser adequada na medida em que identifica e estabelece, de modo formal, correspondência entre a inteligência interpretativa humana e a inteligência constitutiva dessa natureza.

Por último, destaca-se que o referencial perseguido, ao contemplar o advento da existência em geral, constitui o referencial mais elementar ou básico que se pode almejar para contemplar o universo que nos recepciona bem como os fenômenos que fazem parte dele. A condição inaugural do mundo é o fato de ele existir, de modo que dispor de uma tese capaz de explicar o advento da existência representa a condição básica que pode instrumentalizar a mente humana para uma postura interpretativa adequada e minimamente segura diante de tudo o que existe.

Antecedentes

Costuma-se aceitar que a filosofia ocidental nasce na Grécia Clássica em perspectiva metafísica, isto é, tomando por objeto o ser e a existência. Com a sucessão

das eras civilizatórias, a perspectiva metafísica perdeu forças, e a filosofia experimentou outros olhares, contrapondo realismo e nominalismo, priorizando a consciência na fase idealista, contrapondo existencialismo e fenomenologia e desaguando, enfim, em uma filosofia analítica que contempla mundos possíveis e apenas conserva o ser como valor de uma variável. Apenas na segunda metade do século XX, em razão de perplexidades surgidas com o avanço da Física Quântica, emergem percepções ou desconfianças de que talvez seja necessário retomar a perspectiva metafísica para que se possa oferecer respostas racionais para certas questões. No mesmo período, a Escola de Tübingen e de Milão resgata a importância das chamadas *doutrinas não escritas de Platão*, o que confere novo alento aos estudos platônicos, e requisita uma nova interpretação daquela obra. As nossas pesquisas situam-se a jusante desse movimento e não representam uma interpretação mais verossímil dos diálogos platônicos, mas, sim, algo muito mais importante do que isso: o resgate do referencial cognitivo que presidia o modo de pensar de Platão. Com esse resgate e com a formalização, em termos modernos, desse referencial cognitivo, torna-se possível não apenas aplicar esse modo de pensar no enfrentamento de problemas contemporâneos, como viabiliza-se transmitir esse referencial para que mais pessoas possam usufruir das suas potencialidades interpretativas⁴. Destacamos, com isso, que estas considerações sobre a existência estão sendo formuladas, tendo como referência o modo de pensar de Platão.

Os estudos desenvolvidos em todos os tempos sobre a questão da existência acompanham, naturalmente, o mesmo percurso cumprido pela filosofia, que se afasta da perspectiva metafísica e, apenas mais recentemente, retorna ao leito do rio. Dessa maneira, os antecedentes mais valiosos da questão encontram-se na Antiguidade, e ater-nos-emos a eles, já que visões não metafísicas apenas podem contribuir marginalmente para a elucidação da questão. Quem tiver curiosidade adicional consulte a Inteligência Artificial que fornecerá relatos dos casos mais importantes.

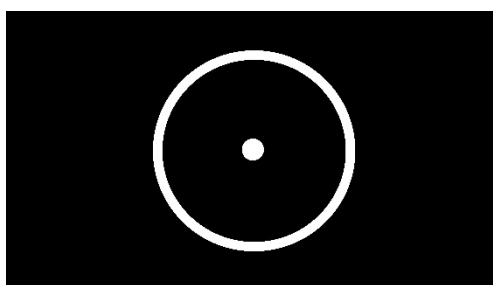
Na cultura ocidental, a percepção mais antiga disponível sobre a questão da existência é de Parmênides (sec. V a.C.), o qual afirmou que “o ser é, e o não ser não é”. Existem diferentes interpretações sobre o que essa sentença significa, e o fato de o grego clássico não dispor de duas palavras para designar ser e existir aporta dificuldade adicional à diferença cultural que nos separa da época de Parmênides. Na perspectiva de Platão, a sentença é clara: não existência absoluta é uma impossibilidade. O axioma da metafísica, aceitando que o universo veio à existência, implica que o seu advento exige a precedência antológica da possibilidade de isso vir a ocorrer, o que, por sua vez, implica uma existência não criada. Com isso, o não ser mencionado na sentença apenas pode indicar uma inexistência absoluta, um nada absoluto, cuja “existência” ou inexistência acarretaria a impossibilidade de qualquer existência: um nada absoluto não pode ser fonte de alguma coisa. Além de afastar a não existência absoluta, a sentença implica distinguir, na existência, duas naturezas distintas, uma absoluta e incriada e outra criada e relativa – entendido esse relativo como não absoluto e limitado. Assim, resta organizado o “território” ou o âmbito da existência em duas instâncias distintas bem caracterizadas. É com base nessa concepção da existência que Pitágoras vai

⁴ Para esse fim específico, foi criada a Academia Platônica de Brasília, que oferece um centro de estudos filosóficos, disponível em <https://academiadeplatao.com.br/>.

formular a sua teoria dos dois princípios (o *ilimitado* e o *limitante*), a qual embasa racionalmente a perspectiva metafísica⁵.

Platão (sec. IV a.C.) vai designar a existência absoluta por uno e utilizar o termo ser para indicar, de modo geral, tudo o que foi criado, mas também para indicar o ser individualizado dos fenômenos criados, que, no caso do fenômeno humano, fomos, nós, levados a entender como ser-energia, portador da vida, e como intelecto, operador da consciência, tudo em conformidade com a distinção efetuada pela língua portuguesa, ao catalogar dois termos distintos: ser e existir. Platão reconhece a incapacidade mental humana para predicar o uno, em virtude da natureza absoluta que lhe corresponde e do caráter limitado dos nossos recursos inferenciais. Entretanto, visando a tornar o conceito mais inteligível, vale-se da geometria e afirma que o uno não tem limites internos nem limites externos, o que nos remete ao conceito geométrico de ponto desprovido de amplitude ou de dimensão⁶. À vista disso, podemos entender que, na perspectiva metafísica, ao uno de Platão, que é a origem de tudo, corresponde, na existência, um âmbito desprovido de amplitude, isto é, um âmbito adimensional, restando estabelecido, ao mesmo tempo, que a existência adimensional, em termos de complexidade organizativa, representa a instância mais simples concebível, além da qual nada pode ser sequer pensado. Tomando esse uno de máxima simplicidade organizativa como origem de todos os fenômenos criados, e tendo em conta que os entes existentes constituem complexidades organizativas compostas de partes e fechadas em unidades, Platão estabelece uma instância de totalidade como limite configurador da existência dos entes, além da qual, tampouco nada pode ser pensado. Com isso, delimita a existência relativa, posicionando-a entre uno e todo, em solução conceitual simples e elegante, como devem ser os princípios. De modo absolutamente consequente, a cosmovisão de Platão descreve-se com um círculo, contendo um ponto no centro, conforme a Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Modelo cosmológico de Platão



O centro representa o uno, a origem de tudo, e a circunferência periférica, a criação. Um modelo geométrico que exige, visualmente, processo criativo invisível que

⁵ Sem defender que a fonte de Pitágoras tenha sido Parmênides. Embora eles tenham sido contemporâneos, parece mais provável que Pitágoras tenha-se valido de fontes egípcias.

⁶ Tomando-se como referência a figura plana do círculo, temos de admitir que o seu limite interno é representado pelo raio e o seu limite externo, pela circunferência. Quando se reduz o raio – o limite interno –, reduz-se, também, proporcionalmente, a sua circunferência e, portanto, o seu limite externo. Quando o raio, no limite, torna-se nulo, desaparecem simultaneamente tanto os limites internos como os limites externos, restando apenas a figura do ponto, conceituado como lugar no espaço desprovido de dimensão. Dado, porém, que não se está referindo ao espaço, mas, sim, à existência, temos de conceituá-lo como lugar da existência, desprovido de dimensão.

conecte o centro à periferia, de modo rigorosamente consequente, isto é, de modo matemático.

A Equação da Existência

Com o concurso do modelo cosmológico de Platão, expresso em termos matemáticos, no sentido grego clássico⁷, no caso, precisamente geométrico, requerendo e localizando o processo de criação em seu mais alto nível metafísico, podemos, a partir de agora, dedicar-nos à formalização do modelo, convictos de que o leitor terá em mente o mesmo objeto que nós: a equação geradora da existência.

Quais são as propriedades que essa equação precisa ter para que possa cumprir o papel que lhe cabe de explicitar o percurso criativo que se estende do uno à totalidade do fenômeno criado, tendo em conta que o uno configura mera potência existencial e que a totalidade configura existência em ato, marcando presença no mundo?

A primeira condição é que essa equação criativa deve ser única, ou seja, uma, e a mesma equação, para todas as instâncias e para todos os quadrantes da criação. A razão mais evidente dessa singularidade é o fato de o uno não admitir divisão e partes, visto que estas suprimiriam dele a condição absoluta e ilimitada. Desse modo, a partir do uno, somente pode transcender ou ter origem uma e mesma singularidade que, na mesma medida, demanda ou admite uma e mesma recepção ou tratamento.

A segunda condição indispensável é a de que essa equação precisa ser autorreplicante ou recursiva, de modo a justificar os diferentes níveis organizativos ou os diferentes graus de complexidade organizativa, presentes nos fenômenos existentes que compõem a diversidade fenomênica do mundo. A Tabela Periódica de Elementos oferece um exemplo que mostra perfeitamente como a natureza organiza-se em camadas crescentemente complexas e informadas, cada uma delas representando uma nova criação e cada uma exigindo, em essência, o concurso da mesma equação criativa. A condição recursiva evidencia tanto a economia quanto a genialidade do processo criativo.

A terceira condição indispensável é que a equação produza complexidade crescente, configurando-se como processo cumulativo de informação, de organização e de energias, que parte de uma energia inicial unitária e indivisível e culmina em totalidade também unitária, mas complexa, isto é, composta por partes, constituídas, normalmente, de outras totalidades de menor acervo informacional e organizativo, que podem ser subtraídas da totalidade principal da qual são partes. A exceção fica por conta das chamadas partículas quânticas, nas quais os esforços de divisão não encontram outras partículas, mas apenas energias e tensões simétricas ontologicamente anteriores à configuração organizativa que tipifica o que chamamos de matéria.

A quarta condição indispensável é que a equação criativa promova amplitude existencial suficiente, privativa e adequada, para comportar o fenômeno que está sendo criado. O universo criado certamente tem amplitude superior àquela que recebe o uno, de modo que, para que a criação transite de uma energia inaugural indivisível até o

⁷ As matemáticas envolviam, então, aritmética, geometria plana, geometria sólida (ou estereometria), astronomia e harmonia (ou música).

todo existencial, a equação precisa desdobrar amplitude crescente até poder recepcionar a instância de totalidade do fenômeno criado.

A quinta condição indispensável é que a equação criativa gere sempre um mesmo produto, como convém a toda equação matemática. Já indicamos que o produto da criação configura-se como totalidade fenomênica complexa, organizada e fechada em unidade existencial. No sentido de indicar, de modo inteligível, o conteúdo ôntico próprio dessa instância de totalidade, optamos pelo conceito de *inteligência organizativa realizada*. Desse modo, a equação criativa gera sempre uma inteligência organizativa na forma de totalidade, que determina, molda e preserva o fenômeno para que ele seja o que é e não seja algo diferente do que é. Obviamente, cada fenômeno dispõe de inteligência organizativa própria e, virtualmente, privativa. Com a expressão inteligência organizativa realmente realizada, estamos resgatando a mesma percepção contida na teoria das ideias ou das formas de Platão. Oportunamente, justificaremos melhor essa escolha.

Por último, vale esclarecer por que esse processo criativo deve constituir-se ou admitir ser expresso como equação matemática. Todos os fenômenos existentes em nosso mundo constituem fenômenos complexos inteligentemente organizados. O fato de telescópio colocado em órbita da Terra, contemplando variações do espectro luminoso, conseguir entender o que se passa a milhares de anos-luz daqui, representa demonstração efusiva da ordem vigente no universo. Para que toda a criação contemple esse grau de precisão organizativa, parece que fica requerida uma ciência exata, de modo que apenas as matemáticas poderiam dar conta dessa construção. Daí optarmos pela expressão *equação criativa da existência*.

Estabelecida a exigência de uma solução única, a necessidade de essa solução ser recursiva – gerando complexidade crescente, disponibilizando amplitude adequada para comportar o universo conhecido, gerando um único produto na forma de inteligência organizativa conformadora e determinadora de todo fenômeno existente e operando, de modo preciso, tal como uma equação matemática – parece estar diante da demanda de um poder ou de uma inteligência criativa divina ou que, ao menos, merece ser qualificada como produto de uma genialidade divina. Veremos adiante que essa impressão não resulta ser exatamente infundada.

Se tivéssemos nós que descobrir essa solução, estaríamos, como se diz, em maus lençóis. Felizmente, a Antiguidade legou-nos a solução desse problema, pelo menos, em parte. É de conhecimento acadêmico universalizado que devemos a Pitágoras a tese dos dois princípios – o *ilimitado* e o *limitante* – como princípios originários do universo, mas é de percepção moderna da Academia Platônica de Brasília que Pitágoras, na verdade, ofereceu-nos uma teoria dos princípios completa que comporta, além dos dois princípios mencionados, a especificação matemática do limitante. Em outras palavras, ele não ofereceu apenas consistente solução para os princípios primeiros, mas também ofereceu-nos solução indicativa da estrutura constitutiva desse limitante, expressa na forma de uma equação matemática: $[1 + 2 + 3 + 4 = 10]$. Denominada de *Santa Tetraktys*, era sobre essa equação que o iniciado jurava fidelidade à Ordem Pitagórica ao ser admitido na comunidade. Essa denominação revela o estatuto divino que lhe concediam os pitagóricos, e o motivo é estrutural à perspectiva metafísica. Sendo o ilimitado a fonte de onde o ser-energia brota, na condição de movimento existencial, estamos diante de uma transcendência entre uma natureza absoluta e

estática e uma natureza relativa caracterizada pelo movimento. Quem transcende é um ser-energia, e a instância existencial na qual ele se manifesta em movimento tem uma natureza própria obviamente correspondente a uma existência em movimento. Não se trata, portanto, de uma natureza criada, mas, sim, de uma natureza existente desde sempre em potência e apenas despertada com o advento do ser-energia que inaugura o processo de criação. Essa natureza incriada é a nossa equação da criação, indicada pelos pitagóricos como *Santa Tetraktys*, um modelo que tenta explicar, em termos matemáticos, como ocorre a conversão de potência de existir em existência em ato, marcando presença no mundo⁸.

Existe um testemunho confiável de que essa equação, designada também por Década Sagrada, indicava o processo criativo do universo e que teria sido o modelo de criação adotado por Platão e assimilado em sua cosmovisão. Em Rodrigues (2016, p. 55), o testemunho de Filón de Alexandria encontra-se registrado. Nem esse testemunho nem qualquer outro registro de que se tenha notícia esclarecem, porém, qual a leitura ôntica que os pitagóricos faziam dessa equação. O que se sabe é que Pitágoras teve acesso a essa compreensão nos templos do Egito, onde, na ocasião, contava-se de cinco em cinco e não de dez em dez, como fazemos atualmente. Isso ocorria assim porque os egípcios entendiam que cinco completava um todo. A Década Sagrada contempla cinco termos e, nesse sentido, preserva a percepção egípcia, mas, ao mesmo tempo, parece antecipar o sistema decimal que seria adotado mil anos mais tarde. A equação algébrica revela o modo mais natural de obter-se a dezena que alicerça o sistema decimal e, com isso, contempla uma das propriedades que a Equação da Existência precisa conter, que é o poder de replicar-se ao infinito. Não apresenta, porém, a faculdade de gerar amplitude, dado que, aritmeticamente, contempla apenas o quantitativo. A solução ôntica deve, então, ser outra.

O processo de estudos que nos levou a identificar tanto a estrutura como os componentes ônticos da equação geradora da existência, em termos capazes de atender aos requisitos anteriormente apontados, durou mais de trinta anos, e um resumo desse esforço encontra-se registrado na obra acima citada, e parece dispensável repeti-la aqui⁹. Nossas pesquisas iniciaram-se em 1981, com foco em teoria do conhecimento na perspectiva idealista e fenomenológica, tomando por referência os estudos de lógica do filósofo brasileiro Luiz Sérgio Coelho de Sampaio (1933-2003). Consistiram, basicamente, em um mergulho introspectivo na mente, na busca dos padrões distintos assumidos pelo pensamento, tendo como referência as cinco lógicas propostas por Sampaio e a hipótese de que padrões distintos de pensamento deveriam resultar da adoção de padrões lógicos específicos também distintos, de modo a preservar o entendimento corrente de que lógica constitui lei normativa e reguladora do pensamento. O resultado foi publicado em 1999, na obra intitulada *A razão holística: método para o exercício da razão* (Rodrigues, 1999). Nesse trabalho, valorizamos o termo *logos* de origem pré-socrática para indicar a estrutura de recursos inferenciais disponíveis no projeto humano e concluímos por descobrir que quatro dos cinco padrões

⁸ As religiões adâmicas referem-se a essa trilogia metafísica inaugural do universo, assimilando o ilimitado a Deus, o ser-energia ao Filho e a inteligência criativa ao Espírito Santo, aproveitando designação proposta inicialmente, ao que tudo indica, por Filón de Alexandria (10 a.C – 50 d.C).

⁹ Quem se interessar encontrará um conjunto de coincidências que, curiosamente, tornaram esse desfecho possível, embora tenhamos de tomar cuidados ao falar de coincidência em um universo determinado por uma equação matemática.

lógicos identificados por Sampaio constituíam movimentos típicos das quatro diferentes amplitudes dimensionais presentes na natureza, segundo a nossa interpretação da tese de Einstein. O quinto padrão de pensamento derivaria de uma lógica holística e corresponderia à instância de totalidade do logos e da razão humana. Com isso, ajustando a tese de Sampaio em dois pontos não essenciais¹⁰, adotamos o logos como mapa da razão, distinguindo as quatro primeiras dimensões que disponibilizavam quatro amplitudes distintas e, conseqüentemente, quatro padrões lógicos de pensamento também distintos. Completamos a estrutura com uma instância de totalidade que fechava a estrutura dimensional em uma unidade e defendemos que essa instância de totalidade viabilizava um pensamento correspondente. Desse modo, o logos ali considerado, que corresponde à inteligência criativa ou à Equação da Existência, conforme designação que adotamos presentemente, ficou definida como estrutura geométrica de amplitude dimensional crescente em quatro instâncias, completadas com uma quinta instância de totalidade.

Por conseguinte, em 2013, quando passamos a estudar a obra de Platão e habilitamo-nos em profundidade na perspectiva metafísica, tivemos a maior surpresa ao constatar que o referencial que presidia o modo de pensar de Platão correspondia, com precisão de detalhes, ao logos da racionalidade que havíamos intuído. Com isso, fomos capazes de entender e de especificar, logicamente, o modo de pensar de Platão, de entender a sua dialética, de compreender quão decididamente ele era pitagórico e de perceber que a ele devemos atribuir a superação das dificuldades que, em teoria do conhecimento, separam sujeito e objeto. Com o esclarecimento formal da correspondência lógica e ontológica entre sujeito e objeto, pela primeira vez na história, viabilizava-se uma teoria formal do conhecimento que atende às exigências de rigor requeridas pela ciência. Desde então, assumimos, decididamente, a perspectiva metafísica e passamos a estudar as suas implicações no modo humano de ver o mundo e a realidade. O resultado prático mais evidente foi a superação paulatina da confusão conceitual pós-moderna comum a todos os viventes desse período civilizatório, na medida em que nos capacitávamos a operar, com desenvoltura, o modo platônico de pensar.

Dessa forma, a construção do modelo representativo da Equação da Existência inicia-se com a existência absoluta e a existência relativa de Parmênides; segue com a Teoria dos Princípios de Pitágoras, a qual explica o processo de criação do mundo objetivo; avança com a extensão do modelo criativo pitagórico ao mundo subjetivo, realizada por Platão, acolhendo sugestão de Parmênides, segundo o qual ser e pensar são a mesma coisa; aperfeiçoa-se com as cinco lógicas identificadas por Sampaio; e ganha expressão geométrica, virtualmente definitiva, com a nossa percepção do caráter dimensional dos quatro primeiros termos da Década Sagrada de Pitágoras e com a constatação de que os cinco padrões lógicos operados pela mente humana constituem movimentos inferenciais precisamente correspondentes aos movimentos existenciais presentes na natureza, quando organizamo-la dimensionalmente, segundo a estrutura da Década Sagrada.

Esquematizamos graficamente isso na Figura 2, a seguir.

¹⁰ Essas diferenças são apontadas nos três estudos de lógica que integram a obra *A teoria dos princípios... de Platão?*, na condição de apêndices (Rodrigues, 2016).

Figura 2 – A Equação da Existência, seus antecedentes e seus consequentes



Tomando esse esquema como referência, temos algumas considerações que possam facilitar o entendimento da Equação da Existência. O esquema centraliza essa equação, colocando os seus principais antecedentes conceituais acima e, abaixo, alguns dos seus principais consequentes. A Equação da Existência pode ser entendida como uma versão geométrico-dimensional da Década Sagrada matemática de Pitágoras. Essa diferença não nos autoriza afirmar que o entendimento pitagórico era simplesmente matemático e quantitativo e não geométrico e dimensional como o nosso. Sabe-se que a comunidade pitagórica impunha segredo sobre todo o conhecimento ministrado e até existe registro de punição imposta pela divulgação extramuros de segredo da ordem. A expressão matemática da *Santa Tetraktys* foi preservada, segundo consta, nos textos de Arquitas adquiridos por Platão. Arquitas era um membro destacado da Ordem, e não se pode deixar de considerar a hipótese de que esse registro matemático tenha sido uma versão intencionalmente assim criada, que permitia ocultar dos não iniciados o seu verdadeiro significado geométrico. Afinal, não se pode imaginar uma equação geradora do universo desprovida da capacidade de gerar a amplitude existencial necessária para comportar a natureza conhecida.

O segundo aspecto que merece destaque é o fato de a Equação da Existência operar cumulativamente, de modo que o fenômeno em geração apenas ganha assento no mundo ou na existência relativa, ao atingir a quinta instância de totalidade e apenas na condição de totalidade. Isso significa considerar que os quatros estágios organizativos anteriores são meramente ontológicos e não existem em ato por si só, mas apenas enquanto partes componentes, indispensáveis, da totalidade à qual pertencem. A implicação mais impactante sobre a nossa anterior forma de ver o mundo e as coisas é perceber que o nosso organismo, com os seus cinco sentidos de percepção, pertence apenas à uma das instâncias que integram a nossa totalidade existente, no caso, à terceira dimensão do ente que somos, situada exatamente no meio da equação e, não, no cume dela ocupado pela consciência. Os cinco sentidos apenas percebem elementos presentes no espaço e servem para orientar a presença e o deslocamento do nosso organismo no espaço, pois esses sentidos não dispõem de recursos capazes de

perceber qualquer coisa presente fora das três dimensões do espaço ou dotada de amplitude distintas. Qualquer elemento pertencente as outras quatro instâncias apenas conseguem ser percebidos pela razão, sendo esse o motivo que levou Platão a distinguir o visível do inteligível. O ser, a alma, o tempo e a consciência apenas podem ser percebidos pelo sentido intelectivo da razão.

O terceiro aspecto que é digno de ênfase refere-se ao fato de o esquema ajudar-nos a compreender a correspondência detectada por Parmênides entre ser e pensar. Conforme a Equação da Existência indica, o processo criativo, ao operar cumulativamente, viabiliza cinco modos de ser crescentemente complexos: um modo de ser unidimensional, um modo de ser bidimensional, um modo de ser tridimensional, um modo de ser tetradimensional e um modo de ser totalidade – cada instância viabilizando um modo de ser distinto, em decorrência de o movimento existencial ocorrer localmente condicionado por uma amplitude privativa. Quando o ato intelectivo tenta captar cada um dos cinco modos de ser, precisa realizar, na mente, um movimento inferencial correspondente ao movimento existencial presente no modo de ser visado. Somente assim, pode ocorrer a sintonia entre ser e pensar. Vejamos se um exemplo ajuda: pensemos um segmento de reta com a lógica de uma dimensão, porque tanto o modo de ser reta como a inferência capaz de pensar uma reta apresentam amplitude de uma dimensão. Caso, agora, tentemos pensar um triângulo, percebemos que um âmbito mental de uma dimensão não consegue fazê-lo, porque tanto o modo de ser triângulo como o modo de pensar triângulo exigem uma amplitude de duas dimensões. A exigência de correspondência entre movimento existencial e movimento inferencial mostra que quatro dos nossos modos de pensar são dimensionais e que apenas o pensamento da totalidade foge dessa determinação. Por outro lado, com a circunstância de as cinco lógicas estarem formalizadas com os seus princípios de operação formalmente estabelecidos e regularem os cinco modos de pensar que instrumentalizam a mente humana, resultam reunidos todos os elementos necessários e suficientes para a formulação de uma Teoria Metafísica do Conhecimento, capaz de, com o concurso da Equação da Existência, tornar metódico o ato de pensar¹¹.

A descrição dimensional da Equação da Existência bem como o esquema da Figura 2 admitiriam, ainda, muitas outras considerações, com foco em detalhes interessantes que integram, estruturalmente, o modo metafísico de ver o mundo e a existência. Dado que, nesta ocasião, estamos visando a apenas um artigo informativo que desperte interesse pelo assunto, parece mais adequado tentar consolidar melhor uma visão geral da perspectiva e de suas potencialidades e deixar que os interessados procurem pelos detalhes no acervo da Academia Platônica de Brasília.

Quando pensamos em Equação da Existência, estamos invocando virtuais princípios geradores e normativos do universo. O conceito de princípios universais requer a presença da mais absoluta simplicidade, totalmente independente e anterior aos casos concretos engendrados no processo de complexificação universal efetivamente realizado, de modo que a formalização desses princípios deveria, idealmente, revestir-se, também, da mais extrema simplicidade. Nesse sentido, a Academia Platônica de Brasília escolheu um conjunto de conceitos destinados a explicitar, para mentes

¹¹ A Teoria Metafísica do Conhecimento é apresentada aos estudantes na primeira das três fases em que se divide o programa de formação oferecido pela Academia Platônica de Brasília, disponível em <https://academiadeplatao.com.br/>.

modernas, o processo metafísico gerador do mundo, com a mesma simplicidade que a religião explica-o, usando os conceitos de Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo.

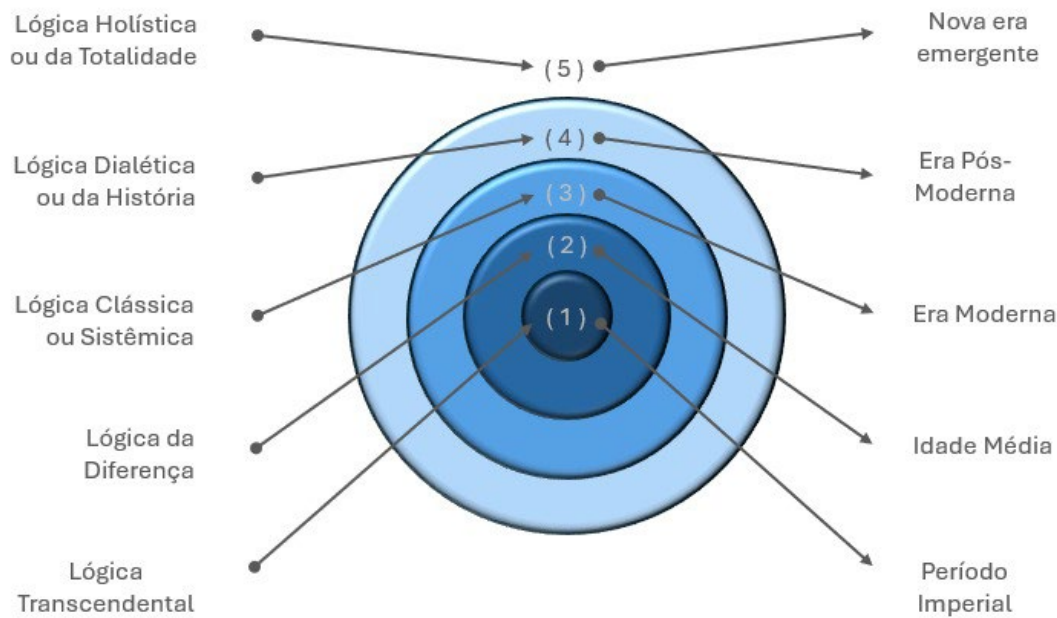
Para tanto, a par de preservar os conceitos de uno e de ser da metafísica platônica, adotamos o conceito de *inteligência criativa*, para caracterizar a equação geradora da existência, o conceito de *inteligência organizativa potencial*, para designar as disposições da alma, e o conceito de *inteligência organizativa efetivamente realizada*, para indicar o conteúdo ôntico da instância de totalidade dos fenômenos criados. Em vista disso, o processo de criação metafísico pode ser descrito como ação de uma dada *inteligência criativa* que, atuando sobre o *ser-energia* em movimento existencial, gera *inteligência organizativa* segundo um modelo que pode ser descrito e entendido por uma *inteligência interpretativa*, fechando-o de modo simples e elegante. Dado que esse modelo indica um universo composto de energia e de inteligência, tencionado para complexidade organizativa crescente, fica facultado entender como natural e previsível o surgimento de consciência capaz de operar inteligência, sempre que condições circunstanciais assim o permitirem. Lembremos: na perspectiva metafísica, o universo configura-se como local de manifestação da organização.

A Equação da Existência pode ser entendida como *natureza* da instância relativa da existência que, atuando como inteligência criativa universal, tanto gera como determina a compleição existencial de todos os fenômenos que integram o mundo, de sorte que nada pode acontecer no mundo à margem das suas determinações. Essas determinações não devem ser entendidas como uma *matrix* na qual todos os detalhes do futuro já estejam pré-determinados em nível de cada acidente ou caso concreto. Condições circunstanciais distintas podem ensejar soluções distintas, embora a regra geral seja a mesma. No Sol e em Marte, por exemplo, temos condições circunstanciais distintas. Em face disso, as variações devem dar-se dentro de espaços de possibilidades contidos na regra, considerando, entretanto, as circunstâncias. No geral, porém, a natureza precisa prevalecer e determinar as coisas.

Quando ampliamos a visada e consideramos, por exemplo, a história conhecida da humanidade, podemos verificar que o formato geral da natureza ou da Equação da Existência, conforme o modelo definido na Figura 2, está presente moldando o formato geral do processo histórico. Todos reconhecemos que o homem age segundo o seu discernimento, e nossos estudos revelaram que isso, também, vale para a coletividade, de maneira que o modo coletivo de ser e de viver decorre do padrão de discernimento predominante em dado tempo e lugar. Descobrimos mais: as quatro grandes eras civilizatórias catalogadas pela historiografia mostram-se distintas uma das outras, em razão de mudanças de envergadura no modo de pensar, ou seja, em razão de mudanças na lógica predominante. Observe-se a Figura 3, a seguir.

Figura 3 – Evolução do discernimento humano¹²

¹² Os círculos concêntricos procuram evidenciar que o discernimento surge pequeno e precário com a lógica 1 e vai expandindo-se, paulatinamente, até atingir a lógica 5, que completará o domínio pleno da razão e a realização do projeto humano, projeto este que se distingue na natureza justamente pela presença da razão. Com o domínio da lógica 5, o homem estará apto a usar todos os recursos inferenciais que instrumentalizam a sua mente.



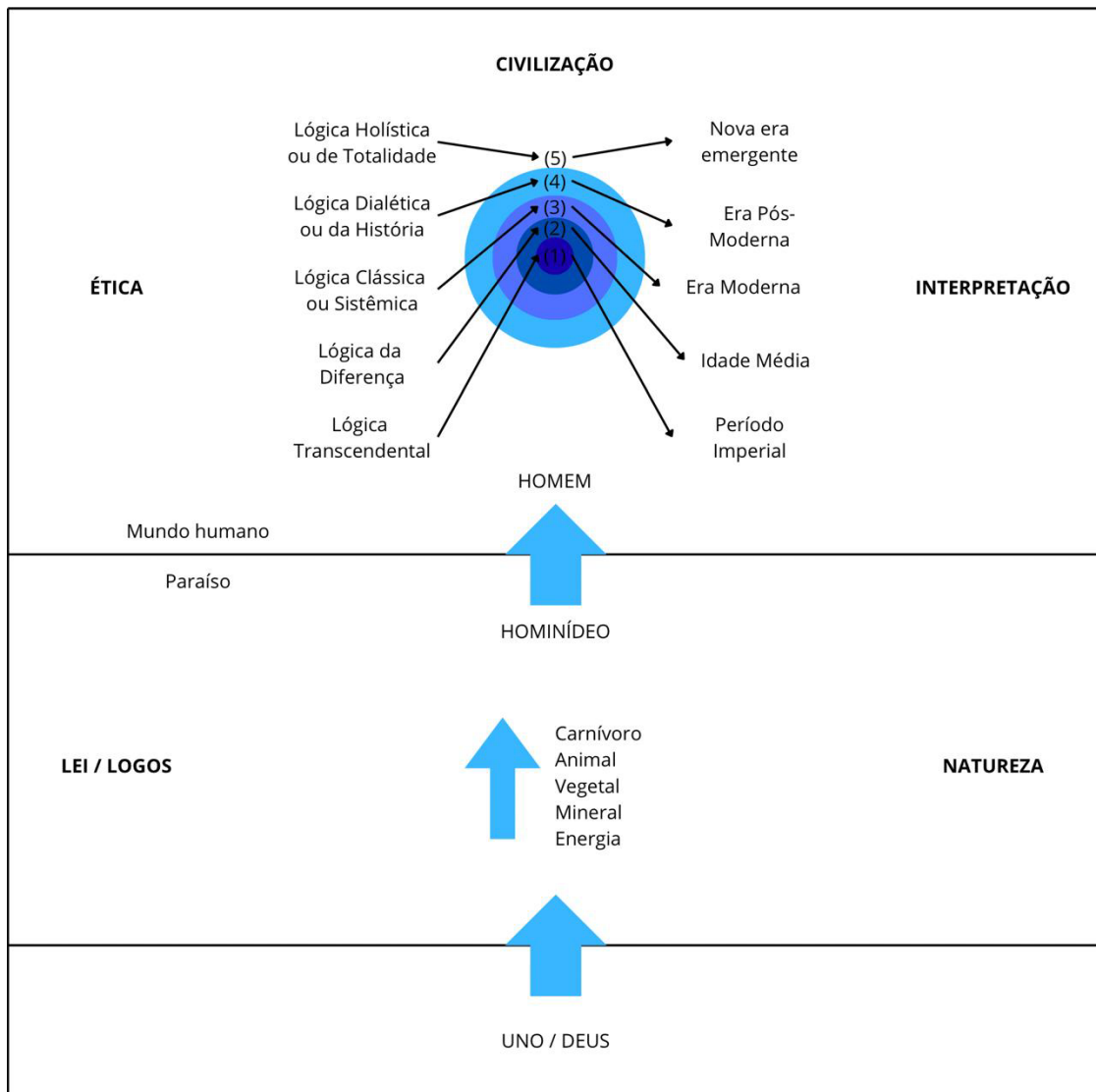
Como evidencia a Equação da Existência, no mundo, tudo segue o caminho da complexidade crescente, partindo de uma singularidade. Com o discernimento, essa constatação não se deu e não se dá de forma diferente. Uma vez desperta a percepção da consciência, o homem lança-se no trabalho de desenvolver os instrumentos que permitem expressar e comunicar para os demais as percepções realizadas, como símbolos, gestos, linguagem, locução, nomes etc. Como não podia deixar de ser, começa exercitando os pensamentos patrocinados pela lógica mais simples que permite intuir e identificar, ou seja, a lógica transcendental. Quando o domínio dessa lógica universaliza-se e o grupo realiza as suas potencialidades, resta caracterizado um padrão civilizatório correspondente, um modo de ser e de viver correspondente, que a historiografia identificou como Período Imperial. A mesma situação ocorre com o domínio e a universalização das demais lógicas mais complexas, sempre gerando uma era civilizatória bem caracterizada e distinta das anteriores. Isso dá-se dessa forma porque cada lógica mais complexa permite uma compreensão mais completa da natureza e da realidade e, assim, ficam viabilizadas atitudes mais ajustadas e adequadas. Um estudo mais detido da história do discernimento e da sua relação com as eras civilizatórias catalogadas pela historiografia encontra-se disponível na obra *Platão e a lenda do quinto império* (Rodrigues, Rubi; Rodrigues, Jônatas, 2024).

Nesta ocasião, pensamos que basta evidenciar que a Equação da Existência que define a natureza do mundo relativo também determina o curso da história, ainda que não defina quem será o vencedor de uma batalha em particular, possivelmente porque o seu resultado apenas produza efeitos localizados e não altere o curso geral da história no longo prazo. Apesar de não entrarmos, nesta oportunidade, nos detalhes das demais lógicas e dos respectivos modos de ser e de viver, não podemos deixar de ressaltar que o modelo da Equação da Existência possibilita tanto a descrição de uma história do discernimento como indica que, estando a humanidade, presentemente, na quarta era dita Pós-Moderna, está também às portas de uma quinta nova era patrocinada por uma visão e um pensamento capaz de vislumbrar a totalidade dos fenômenos, sob o patrocínio de uma lógica complementar e unificante, que tende para a unidade e que,

para esse fim, precisa reunir e harmonizar todos os elementos integrantes dos fenômenos, sejam eles quais forem, para instituir uma existência estabilizada e unitária. Essa visão do todo somente resulta possibilitada pelo domínio da Equação da Existência ou da inteligência criativa de quem estamos tratando neste estudo, cuja estrutura formal posiciona a instância de totalidade na quinta instância da equação e define tanto o seu conteúdo ôntico como o seu papel funcional.

A ação reguladora da natureza não para por aqui e, caso se abra ainda mais o foco de nossas considerações, veremos que compreensões mais amplas descortinam-se. Na Figura 3, contemplamos, em traços largos, a história da civilização humana, que é também a história da realização do projeto humano de conquista da razão. Precisamos ter em conta, entretanto, que o projeto humano inscreve-se dentro de um processo mais amplo de evolução do universo e da natureza como um todo. Sendo assim, podemos usar o mesmo modelo da Equação da Existência como referência e, ampliando o foco das nossas considerações para um plano superior, verificar como essa história humana encaixa-se nele e que percepções novas ficam potencializadas. Observe-se a Figura 4 a seguir.

Figura 4 – O mundo humano dentro da natureza em geral



A Figura 4 foi gerada para um trabalho intitulado *Uma visão metafísica sobre o paraíso*, que tentou harmonizar a visão do cristianismo sobre a origem do mundo com a visão da ciência a respeito dessa questão, sob o olhar mais amplo da metafísica, que, por princípio, deve compreender e entender todas as visões¹³. Apesar disso, ele serve como uma luva aos nossos propósitos aqui, particularmente porque a religião também relata, ao seu modo, o processo de criação do mundo e dos homens, usando para isso a metáfora do Paraíso. Veremos que a visão da ciência não conflita com o que diz a religião, apenas utiliza termos distintos.

A perspectiva metafísica impõe um princípio necessário designado por uno, e a religião denomina-o de Deus. Os dois modos de olhar têm concepções distintas sobre o que seja esse princípio, mas ambos concordam que ele é o princípio de todas as coisas e que constitui uma existência absoluta que transcende o nosso mundo relativo. Esse acordo é suficiente para colocá-lo na base do nosso esquema e indicar, por meio de setas, que tudo a mais deriva desse princípio. Como já esclarecido anteriormente, essas setas indicam um caminho de construção de complexidade organizativa crescente.

Depois do âmbito base que contempla o princípio, temos, no esquema, um segundo âmbito destinado a contemplar a natureza desprovida de consciência, que corresponde ou pode ser assimilado ao Paraíso do relato bíblico. Como a ciência ensina, a primeira ocorrência universal que brota do “vácuo cósmico” é a energia, cuja aglutinação em larga escala possibilita o surgimento das fornalhas cósmicas chamadas estrelas. Ainda segundo a ciência, é nas fornalhas cósmicas que são gestados os átomos mais pesados que, depois, são expelidos como impurezas e continuam orbitando ao redor da estrela como planetas. Nos âmbitos dos planetas, a ciência classifica as ocorrências em camadas, segundo a complexidade organizativa presente, restando, no nosso caso, a identificação de um reino mineral, de um reino vegetal e de um reino animal. Nesse contexto, fica comprovado que todo o processo de criação da existência realiza-se sob um impulso universal para a crescente complexidade organizativa, orientado do simples para o complexo.

O impulso para a complexidade permeia toda a natureza criada e pode ser reconhecido em todas as camadas fenomênicas. O mundo mineral suporta e alimenta o mundo vegetal, e, com isso, os seus sais e minerais “evoluem” para a camada fenomênica mais informada dos vegetais. Os vegetais, por sua vez, alimentam o mundo animal com seus frutos e suas fibras que, nesse ato, transitam para a camada fenomênica seguinte em densidade informacional e passam a integrar o mundo animal. No próprio mundo animal, carnívoros destacam-se de herbívoros, configurando uma camada animal organicamente superior, aproveitando a proteína dos vegetarianos, para

¹³ Uma das consequências da perspectiva metafísica é a compreensão da presença universal de um impulso natural para a complexidade, permeando tudo. Com isso, quando estudamos o início da civilização e não encontramos registros escritos, mas apenas lendas e relatos míticos, somos levados a considerar seriamente o que essas lendas e esses mitos contam, dado que a escrita não estava disponível. Dessa forma, também convém considerar devidamente os registros bíblicos feitos em época na qual predominava o simbólico, poucas pessoas dominavam a escrita e o espírito da época era simbólico e místico. Portanto, embora esses registros iniciais estejam impregnados de metáforas, parábolas e expressões simbólicas, devem conter, certamente, informações preciosas e verdadeiras, razão pela qual não convém simplesmente desprezá-los.

conquistar organismos melhores ou mais poderosos. Segundo a Antropologia, essa escalada organizativa culmina em uma espécie superior singular – a homínídea.

A espécie homínídea apresenta um organismo desprovido dos recursos de sobrevivência que instrumentalizam animais inferiores na escala evolutiva e que lhes conferem vantagens ou aptidões competitivas na disputa por alimento e na autodefesa. Com boca pequena, sem presas para rasgar, sem garras nas mãos, sem cascos nos pés, sem chifres para atacar, sem couraça protetora e gerando filhotes lerdos e dependentes, o homínídeo deve ter sido, por milênios, a caça predileta dos carnívoros, contra os quais se revelava incapaz, de modo que lhe restavam apenas as opções de fugir ou de se pôr a salvo. Em virtude de viverem em grupo, pode-se inferir que presenciaram, incontáveis vezes, membros do grupo e os próprios filhos serem trucidados, impondo-lhes cavaleiros doses de adrenalina, além de medo, de terror e de sentimentos de inferioridade e de impotência.

O despreparo do homínídeo para a luta selvagem pela sobrevivência, à primeira vista, ensinaria colocá-lo na escala evolutiva entre os herbívoros e os carnívoros; no entanto, a Antropologia coloca-o no topo da escala, considerando-se o desfecho conhecido: as desvantagens orgânicas na luta pela sobrevivência em ambiente selvagem geraram, em contrapartida, as pressões existenciais que ensinaram o despertar da consciência e a evolução para uma nova espécie – o *Homo sapiens*.

A transição de homínídeo para *Homo sapiens* representa um salto de envergadura, em termos evolutivos, e, em nosso esquema referencial, indica a inauguração ou o advento do mundo humano. Como é de conhecimento geral, os animais percebem as coisas circundantes e, nesse sentido, sabem, mas, tal como o homínídeo, não se dão conta disso. O homem destaca-se deles, então, não por saber, mas por saber que sabe. Psicologicamente, esse resultado resulta de uma inferência de autoconsciência, uma inferência cujo objeto não é um fenômeno externo, mas, sim, a própria consciência. Algo que os demais animais não conseguem realizar, e o homínídeo também não realizava, o que implica considerar que o homínídeo não tinha consciência dos seus atos e não meditava a respeito deles. Portanto, no Paraíso, apesar de existir mortes, não existia pecado.

Metaforicamente, essa passagem do Paraíso para o mundo humano é descrita na cultura de diferentes formas. Em particular, agrada-nos uma descrição antiga, de antes do surgimento da escrita, segundo a qual, conforme reza certa lenda, em priscas eras, uma deusa, apiedando-se do destino dos homens, presenteou-os com a capacidade de pensar. Uma versão mais conhecida é aquela, segundo a qual, uma serpente teria dado a um casal – Adão e Eva – uma maçã mágica que tinha o poder de habilitá-los a pensar tal e qual fazia Deus, o criador do Paraíso. Ambas as descrições são adequadas em determinadas condições de entendimento. A questão mais relevante aqui seria saber se convém-nos entender essa passagem como expulsão do Paraíso ou se devemos entendê-la como conquista da humanidade.

De qualquer forma, uma vez inaugurado o mundo dos homens e desviados estes do destino inevitável de extinção dos homínídeos, o homem constatou que ainda não estava completamente a salvo e que as novas circunstâncias ofereciam tanto habilidades como desafios inusitados, igualmente decisivos para a sua sobrevivência. A nova habilidade inferencial lhe possibilitava interpretar e entender, e a condição gregária

estrutural impunha-lhe necessária convivência com seus pares, a fim de capitalizar as conveniências da ação coletiva coordenada, que amplificava a sua força e a sua capacidade de sobreviver. Nessas circunstâncias, as leis naturais vigentes no Paraíso, que regulavam as suas relações para com a natureza em geral, precisavam ser ponderadas quando aplicadas ao convívio social do grupo, de sorte a ser preservada a coesão interna indispensável para a manutenção do potencial coletivo. A solução encontrada foi o estabelecimento de regras de convivência que, sinteticamente, designamos por ética.

Posto o homem dotado de razão, com as interpretações decorrentes e as regras de sobrevivência, estavam assentadas as bases para um ciclo existencial exitoso para a nova espécie, exceto por um detalhe. Ocorre que a capacidade de discernimento, em consonância com as leis universais, não constitui um presente pronto e acabado da natureza, mas uma habilidade incipiente que precisa ser desenvolvida e aperfeiçoada no decorrer do tempo. Assim como o restante da natureza, a razão também estende-se do simples para o complexo, e, dada a complexidade crescente da natureza, resta evidente que a qualidade da interpretação torna-se crescentemente aderente à realidade, na medida do aperfeiçoamento da capacidade interpretativa. Em consequência, a capacidade de discernimento e o entendimento do mundo e das circunstâncias também evoluem e mostram-se crescentemente aderentes à realidade, partindo de um ponto inicial decididamente precário, longe de corresponder à real compleição da natureza. O resultado dessa precariedade interpretativa encontra-se exaustivamente registrado na história, na forma de incontável rosário de conflitos e de tragédias que se prolongam até os nossos dias.

Com esse percurso descritivo, chegamos ao processo civilizatório possibilitado pela evolução do discernimento, conforme indicado na Figura 3, e somos levados a perceber que, atualmente, a humanidade encontra-se na quarta grande era evolutiva. Considerando que o Período Imperial durou aproximadamente dez mil anos, que a Idade Média durou mil anos, a Modernidade, quatrocentos, e a Pós-Modernidade já se estende por mais de cem, indicando um processo crescentemente acelerado de evolução, não precisamos ser gênios para perceber que a quinta era já está despontando, desafiando as cabeças mais prudentes a se prepararem e se habilitarem para enfrentar o novo mundo que está chegando e, quem sabe, converter-se em indutor dessas mudanças.

Essa não é, porém, a lição mais importante que a Figura 4 disponibiliza. A superação ou a expulsão do Paraíso, caracterizada como despertar da consciência, indica-nos que não há retorno possível sem abdicar da razão. Resta-nos, portanto, a opção de construir um ambiente social, uma civilização, na qual os humanos possam realizar-se plenamente, desenvolvendo as potencialidades contidas em suas almas. Para tanto, precisamos concluir o projeto humano iniciado com a saída do Paraíso. Observemos novamente a Figura 4 e percebamos que, quando olhamos para o mundo com a Equação da Existência e atingimos a etapa que caracterizamos como mundo humano, o que merece destaque nessa figura é o processo de conquista da razão pelos humanos. É claro que o processo também destaca as eras civilizatórias, com seus modos de ser e de viver típicos, mas o elemento motor retratado no esquema é a história da evolução do discernimento, dos sucessivos modos de pensar que viabilizam e tornam possíveis os modos de ser e de viver. No todo, essa etapa, que designamos por mundo humano, descreve a conquista da razão pelos humanos e a própria conquista de

humanidade plena pela espécie, em processo que se completa apenas com o domínio e a universalização da lógica e do modo de pensar a totalidade. Essa conquista apenas pode ser realizada com a formalização da Equação da Existência e a formalização simultânea de todas as cinco lógicas, fatos que, potencialmente, tornam metódico o ato de pensar. Com o domínio pleno da razão, não apenas realiza-se o humano como se instrumentalizam os homens para a superação dos instintos e dos equívocos interpretativos que tanta tragédia têm causado aos povos e às nações. Não se conhece quais serão as soluções de organização social que a quinta era vai adotar, mas já está entendido que será uma era pós-ideológica, conforme defendido em outro trabalho (Rodrigues, Rubi; Rodrigues, Jônatas, 2024).

Quanto à dimensão prática desse conhecimento, sabemos que o destino dos povos é determinado pelas suas elites políticas, e estas, particularmente no Brasil, não se têm destacado pelo apuro intelectual, aspecto não considerado como critério de seleção dos candidatos. A par disso, o projeto dos Estados Modernos e suas atualizações não têm aportado avanços significativos sobre o projeto de Montesquieu plasmado na era Moderna e preserva, particularmente no Ocidente, o caráter monárquico do governo, em contradição com as intenções democráticas oficialmente apregoadas. De outro lado, o sucesso da ciência, da tecnologia e da produção modernas tem amplificado o valor da economia e produzido um espírito consumista voltado para bens materiais. Em contraste com tudo isso, a circulação de informações pelas redes sociais tem ensejado crescimento da capacidade crítica da população e revelado a predominância de índole patrimonialista nos agentes públicos encarregados da gestão do estado, aumentando as críticas e colocando em crise não apenas o modelo moderno de estado, mas também o próprio conceito de democracia.

Entretanto, quando se olha o mundo pelo prisma da Equação da Existência, com ajuda da Figura 4, verifica-se que tanto a realização plena do projeto humano quanto o sucesso existencial de cada indivíduo dependem simplesmente da conquista plena da razão, da racionalidade e da capacidade pessoal de discernimento, propiciadas pelo domínio da lógica e do pensamento da totalidade. Dado que esse conhecimento já está disponível, ele pode ser ensinado, transmitido e universalizado em uma população, independentemente da quantidade de riqueza econômica disponível. É claro que recursos tecnológicos facilitam e propiciam comodidades, mas não são em absoluto indispensáveis para que alguém conquiste a sua razão. Basta que a informação esteja disponível e as pessoas entendam a importância vital de dominar esse conhecimento, tanto para a sua realização pessoal como ser humano, como para a realização da sua comunidade, quer se trate de uma tribo, de uma nação ou da humanidade toda.

Quem pode, naturalmente, encaminhar isso são as elites políticas e culturais de um povo e as objeções razoáveis possíveis invocarão as dificuldades de parcela da população para dominar e operar conceitos filosóficos. Esse argumento tem parcela de verdade, entretanto, também apresenta as suas fragilidades. A perspectiva metafísica não é estranha à cultura judaico-cristã e à religiosidade estrutural da espécie, mas a sua visada também implica superação de crenças e conceitos historicamente cultivados que envolvem custos emocionais. Na época de vigência da concepção geocêntrica, acreditava-se que Deus era uma exclusividade da espécie humana e, depois, foi entendido que Ele era criador de toda a natureza. Uma concepção atualmente universalizada, apesar de virtuais traumas de transição. Outra implicação que opera no

mesmo sentido resulta da reaproximação com a natureza implícita na perspectiva metafísica. Fala-se pouco, atualmente, em seleção natural, mas a natureza parece não se preocupar muito com desperdício. Vejamos, por exemplo, as imagens a seguir, que mostram o mesmo pé de manga na florada e na frutificação.



São milhares de flores lançadas à frutificação, e apenas uma centena que logram frutificar. Assim, também o leitor, em um dia, foi apenas um entre cem milhões de espermatozoides disputando sobrevivência, no entanto, apenas um está lendo estas palavras. Isso não significa que defendamos a exclusão da palavra compaixão do dicionário e do convívio social, mas, sim, que cada ser que recebeu a dádiva da vida precisa assumir a responsabilidade pela sua condução a bom termo e que essa responsabilidade não pode ser transferida para terceiros, sem renunciar à dignidade humana. Essa circunstância nada tem a ver com o fato de sermos uma espécie gregária e obtermos a nossa força pela ação coletiva, pela distribuição do trabalho e pela ajuda mútua. O convívio social traz vantagens evidentes, mas, para sermos realistas frente à natureza dada, precisamos considerar que também traz responsabilidades. O universo, já afirmamos isso, é o local de manifestação da organização, e civilização implica convívio social crescentemente seguro e regras de convivência correspondentes, em arranjo que privilegie o sucesso civilizatório. Apenas a orientação devida das crianças, a partir da mais tenra idade, pode produzir esse sucesso. Viabilizar isso requer governo esclarecido, como já recomendava Platão, com seu rei filósofo.

Para encerrar, voltemos à Figura 4, com um olhar panorâmico sobre ela. Se o modelo da Equação da Existência replica-se ao infinito na criação da existência relativa, essa figura mostra – no grau de abrangência adotado –, na condição de primeira etapa da equação, o paraíso natural e, como segunda etapa, o desenvolvimento mental do projeto humano. O que isso sugere? Sugere que, depois da conquista da condição humana plena, ainda são oferecidas mais três etapas para completar o ciclo, evidenciando que a conquista da humanidade plena não representará o fim da história e, além dela, são insinuadas mais três etapas superiores ao humano. Especular sobre o que vem a seguir, porém, deixamos com o leitor.

Rubi Rodrigues

Brasília, outubro de 2025.

Referências

ACADEMIA PLATÔNICA DE BRASÍLIA. Disponível em:

<https://academiadeplatao.com.br/>.

RODRIGUES, Rubi G. *A razão holística: método para o exercício da razão*. Brasília: Thesaurus, 1999. 271 p.

RODRIGUES, Rubi G. *A teoria dos princípios... de Platão?* Brasília: Thesaurus, 2016. 319 p.

RODRIGUES, Rubi G.; RODRIGUES, Jônatas G. *Platão e a lenda do quinto império*. Brasília: Thesaurus, 2024. 214 p.

Créditos

Figuras: César Dias Ribeiro e Cecília de Oliveira Rodrigues

Normalização: Cláudia Falcão